

OFICIO N° 747/GP/2023

Porto Real, 13 de dezembro de 2023.

ASSUNTO ENCAMINHA VETO

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR

RENAN MÁRCIO DE JESUS SILVA

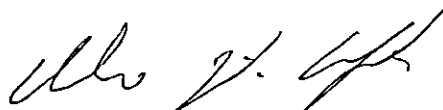
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL - RJ.

PREZADO PRESIDENTE,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para acusar o recebimento em 06 de dezembro de 2023, do ofício n° 386/GP/CMPR/2023, contendo 02 autógrafos de Leis, dentre eles o Autógrafo de Lei n° 900 de 22 de novembro de 2023, de autoria do Nobre Vereador ELIAS VARGAS DE OLIVEIRA, que "INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO, PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO, TRANSTORNO DE ANSIEDADE E SÍNDROME DO PÂNICO."

Comunico a Vossa Excelência, que após análise e avaliação, vetei totalmente o referido Autógrafo de Lei, consoante as razões que segue anexo.

Sem mais para o momento aproveito a oportunidade para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.



ALEXANDRE AUGUSTUS SERFIOTIS

PREFEITO



VETO AO Autógrafo DE LEI Nº 900/2023

Senhores Vereadores:

Em conformidade com o disposto no art. 51, § 1º, da Lei Orgânica do Município, apresento VETO TOTAL ao Autógrafo de Lei nº 900/2023, de autoria do Vereador ELIAS VARGAS DE OLIVEIRA, que "INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO, PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO, TRANSTORNO DE ANSIEDADE E SÍNDROME DO PÂNICO."

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Em que pese a louvável iniciativa do vereador autor do Projeto em pauta, apresentamos VETO TOTAL ao referido Projeto de Lei, em razão desse sofrer de vício de iniciativa, sendo, portanto, inconstitucional e contrário a Lei Orgânica do Município pelas razões a seguir expostas:

Inicialmente, é necessário analisar o presente Projeto de Lei sob o seu aspecto formal, com o escopo de identificar eventual vício de iniciativa cometido no decorrer do processo legislativo ou outro vício formal que prejudique a análise material da proposta.

Trata-se do Autógrafo nº 900/2023, referente a projeto de lei de iniciativa parlamentar, aprovado pelo Poder Legislativo, que "INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO, PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO, TRANSTORNO DE ANSIEDADE E SÍNDROME DO PÂNICO."



A propositura aprovada pelos senhores vereadores instituí uma campanha de caráter permanente para promover orientação, prevenção e conscientização sobre depressão, transtorno de ansiedade e síndrome do pânico. Os objetivos, de acordo com o artigo 2º, são: a oferta de informações sobre esses transtornos e os meios de prevenção e tratamento; o incentivo para a busca de diagnóstico e tratamento dos pacientes; o combate ao preconceito e a informação sobre os tratamentos disponíveis.

No artigo 3º, o *caput* estabelece que ficarão a cargo dos órgãos municipais competentes, do Poder Executivo, organizar os conteúdos e regulamentar a campanha, no prazo de 90 (noventa) dias.

O parágrafo único, por sua vez, autoriza o Poder Executivo a desenvolver parcerias com a iniciativa privada para desenvolver, conjuntamente, as ações e serviços correspondentes à campanha.

Primeiramente importante observar que o já citado artigo 3º e seu parágrafo único, se apresentam em contradição com as normas constitucionais e devem receber o veto do chefe do Poder Executivo.

É que, ao criar atribuições novas que deverão ser exercidas pelo Poder Executivo, mormente quando acompanhadas de prazo para a sua execução, esses dispositivos violam o princípio da separação de poderes, insculpido no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo, que reproduz o disposto no artigo 2º da Constituição da República. E mais, sendo a norma aprovada de iniciativa parlamentar, verifica-se, também, a ocorrência de vício de iniciativa.



No primeiro caso, a violação do princípio implica em inconstitucionalidade material, que, conforme a lição de Luís Roberto Barroso, *in verbis*:

"...expressa uma incompatibilidade de conteúdo, substantiva, entre a lei ou ato normativo e a Constituição. Pode traduzir-se num confronto com uma regra constitucional (...) ou com um princípio constitucional (...). O controle material de constitucionalidade pode ter como parâmetro todas as categorias de normas constitucionais: de organização, definidoras de direitos e programáticas (...). O reconhecimento da inconstitucionalidade de um ato normativo, seja em decorrência de desvio formal ou material, produz a mesma consequência jurídica: a invalidade da norma...". (in Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro - Saraiva - SP, 2009. 3ª Ed. rev. e atual. pag. 29) - grifo nosso

Não se trata, aqui, da mera defesa retórica de um elevado e distante princípio insculpido na Constituição para gerar admiração e respeito, mas de zelar pela justa e correta aplicação de uma regra essencial - pilar do Estado Democrático de Direito, cuja violação implica, em última análise, na submissão de um poder ao outro ou na geração de crises institucionais que se tornam mais graves na medida em que se repetem.

Em artigo sobre o tema, publicado no portal "GENJURÍDICO.COM.BR", o professor Kiyoshi Harada, observa:



"O que não é admissível é um Poder ingressar na área de atuação preponderante de outro Poder, normalmente de competência privativa de outro Poder. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente na Constituição Federal.

O princípio de independência e harmonia não pode ser confundido com independência e autonomia que não existe no nosso ordenamento jurídico, porque isso transformaria em Estado cada um desses Poderes. O Estado Federal Brasileiro é uno e indivisível. Os três Poderes são funções do Estado Federal.

Contudo, ultimamente, a ingerência de um Poder sobre as atribuições típicas de outro Poder está crescendo assustadoramente, gerando uma grande insegurança jurídica. O princípio de freios e contrapesos parece ter sido esquecido pelas autoridades constituídas. O art. 52, II da CF que confere poderes ao Senado Federal para julgar processar e julgar os Ministros do STF em crime de responsabilidade é uma letra morta." - Grifamos. (in: <http://genjuridico.com.br/2020/05/12/separacao-dos-poderes-pratica/> - 12/05/2020 - "O Princípio da Separação de Poderes na Prática").



Pois bem, nos termos do disposto no artigo 3º, *caput* e parágrafo único, caberá ao Poder Executivo:

- definir, por seus órgãos de atuação, a forma e o conteúdo da campanha, regulamentando-a no prazo de 90 dias;
- constituir parcerias com a iniciativa privada para desenvolvimento conjunto das ações e serviços correspondentes à campanha.

Há que se considerar, ainda, que sobre o citado dispositivo incide a inconstitucionalidade decorrente de vício de iniciativa, posto que cabe exclusivamente ao chefe do Poder Executivo a iniciativa do processo legislativo sempre que a matéria tratada na norma guardar relação com a gestão administrativa do Município e com as atribuições que devem ser desempenhadas por órgãos públicos integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo local.

Evidente, portanto, que os dispositivos tratam da criação de atribuições que deverão ser desempenhadas pelo Poder Executivo.

E ao criar essas atribuições para o Poder Executivo, a propositura, de autoria parlamentar, viola o art. 47, II, XIV e XIX, "a", na medida em que cria regras relativas à direção da administração e à organização e funcionamento do Poder Executivo, matéria essa que é da alçada da reserva da Administração.



A questão, então, é definir o conteúdo e a amplitude da expressão "organização administrativa" ou, "organização da administração pública".

Deve-se entender por organização administrativa do Poder Executivo o conjunto integrado pela totalidade da sua estrutura, com os seus órgãos de atuação - envolvendo a administração direta e indireta, as respectivas atribuições e formas de funcionamento; os cargos públicos e respectivas atribuições, a política de pessoal; os programas de ação governamental, projetos e políticas de governo e, ainda, a normatização, o planejamento e o ordenamento urbano; bem como a organização, a execução e a direção dos serviços públicos de sua competência.

Assim, de acordo com a lição de Hely Lopes Meirelles:

"... São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara



Municipal, na forma regimental. " (in
Direito Municipal Brasileiro, Ed. Malheiros,
São Paulo, 2014, p. 633) - *grifos nossos*

O texto do artigo 3º trata, justamente, da criação de
atribuições novas para órgãos públicos municipais
integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo.

Em casos assim, a competência para iniciar o processo
legislativo pertence exclusivamente ao prefeito municipal,
como atribuição e prerrogativa do cargo para o qual foi
eleito. E se o prefeito não toma a iniciativa, a
Constituição não permite que o vereador o substitua. Ao
contrário, o texto constitucional veda tal substituição.

É que, conforme destaca o ilustre Professor Manoel
Gonçalves Ferreira Filho:

"... o aspecto fundamental da iniciativa
reservada está em resguardar a seu titular a
decisão de propor direito novo em matérias
confiadas à sua especial atenção, ou de seu
interesse preponderante. " (Do *Processo
Legislativo* - Saraiva, São Paulo, p. 2004 -
fls. 60) - *grifo nosso*

E isso tem razão de ser, posto que, invariavelmente,
somente o destinatário da iniciativa reservada dispõe do
conhecimento técnico e demais informações necessárias para
comandar o processo de formação e elaboração legislativa. E
não se está a falar aqui em termos meramente pessoais. Não
é que o Prefeito saiba mais. O Poder Executivo, por força
da sua natureza e das atribuições que desempenha é o único
aparelhado para produzir o conhecimento técnico e compilar
as informações necessárias para o bom e oportuno



desenvolvimento dos projetos ou programas sob sua responsabilidade. Por isso a Constituição reserva exclusivamente a ele, em certos casos, o poder de iniciar o processo legislativo. Tal é o entendimento expressado, entre outros, por Ives Gandra Martins ao comentar a Constituição Federal, *in verbis*:

"... sobre tais matérias tem o Poder Executivo melhor visão do que o Legislativo, pôr as estar gerindo. A administração da coisa pública, não poucas vezes, exige conhecimento que o Legislativo não tem, e outorgar a este Poder o direito de apresentar os projetos que desejasse seria oferecer-lhe o poder de ter iniciativa sobre assuntos que refogem a sua maior especialidade. " (*in* Comentários à Constituição do Brasil, Volume 4, Tomo I, 3ª edição, Saraiva, São Paulo, 2002) - *grifamos*.

A jurisprudência nesse sentido é farta, pacífica e uniforme.

Sobre o assunto já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida contra lei do Município de Mauá, que dispunha sobre a instituição da "Semana Municipal a Semana de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", com criação de atribuições para órgãos do Poder Executivo, *in verbis*:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 5.333, de 18 de maio de 2018, do Município de Mauá, que "institui a Semana de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de



Crianças e Adolescentes, no calendário oficial do Município de Mauá" - INCONSTITUCIONALIDADE dos artigos 2º, 3º e 4º, porque (a) IMPÕE ao Poder Público (leia-se Poder Executivo) "promover palestras, eventos e atividades diversas de finalidade educacional e cultural" (art. 2º), regulamentar a lei "no prazo máximo de 30 dias após sua publicação", invadindo a esfera de iniciativa reservada exclusivamente ao Poder Executivo; e (b) AUTORIZA o mesmo Poder Público a "celebrar parcerias com iniciativa privada e com segmentos religiosos a fim de organizar as atividades relacionadas ao que está disposto nesta lei" - Poder Executivo que não depende de autorização do Poder Legislativo para fazê-lo - Lei que não tem caráter programático, autorizativo ou permissivo, senão determinante de atuação administrativa, e que deve ser implementada, posta em prática e cumprida pelo Poder Executivo - Diploma, portanto, que nitidamente dispõe sobre a atividade administrativa, importando manifesta invasão da esfera constitucional de iniciativa e atuação do Poder Executivo, o que importa ofensa aos princípios da separação de poderes, de iniciativa e da reserva de administração (arts. 5º, caput, §§ 1º e 2º; 24, § 2º, "2"; 47, II, XI, XIV e XIX, "a", da Constituição do Estado, aplicáveis aos



Municípios por força do art. 144 da mesma Carta) Inconstitucionalidade configurada.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Norma que dispõe de forma genérica que a execução da lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário - Norma que não incide em vício de inconstitucionalidade por supostamente violar o art. 25 da CE - Inexequibilidade da lei no exercício orçamentário em que aprovada, apenas - Inconstitucionalidade não configurada.

Ação julgada parcialmente procedente, declarada a inconstitucionalidade dos arts. 2º, 3º, e da expressão "no prazo máximo de 30 dias após sua publicação", contida no artigo 4º, todos da Lei 5.333/2018, do Município de Mauá." - Grifos nossos. (ADIN nº 2182677-03.2019.8.26.0000 - Município de Mauá - rel. Desembargador João Carlos Saletti - V.U. - J. 06/05/2020).

Do corpo desse Acórdão, por importante para a compreensão da questão, transcrevemos o seguinte trecho:

"[...]"

4. A lei em questão "institui a Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de



Crianças e Adolescentes, no calendário oficial do Município de Mauá" (fls. 18).

O calendário de um Município, porque oficial, deve ser observado pelos diversos órgãos de poder da localidade, não distinguindo, portanto, os do Poder Executivo, ao qual cabe cumprir e fazer cumprir as leis postas em vigor.

Se assim é e deve ser, cabe também ao Poder Executivo quando não apenas a esse Poder cumprir e fazer cumprir o enunciado dos artigos 2º, 3º, 4º e 5º da lei impugnada, acima transcritos.

A expressa dicção da lei não permite outra conclusão senão a de que essas normas criam e disciplinam obrigações e tarefas para os órgãos do Poder Executivo, tais como as de "promover palestras, eventos e atividades diversas de finalidade educacional e cultural", atos "típicos de gestão administrativa, destinados à sua organização e funcionamento, e confere, ainda atribuições aos órgãos municipais", como pondera o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça (fls. 49).

[...]

Por certo que as orientações e determinações contidas na lei dizem respeito ao serviço público municipal a cargo do Poder Executivo. São ações que não podem ser



levadas a cabo senão com a prática de atos concretos, dependentes, obviamente, do concurso, da atuação e do empenho de órgãos administrativos. Nesses pontos e aspectos, portanto, prospera o argumento de que a lei invade o âmbito da iniciativa legislativa do Prefeito Municipal.

[...]

5. Por outro lado, a norma enfocada foi além. Dispôs no artigo 3º que o "Poder Público fica autorizado a celebrar parcerias com iniciativa privada e com segmentos religiosos a fim de organizar as atividades relacionadas ao que está disposto nesta lei".

Fácil perceber que, absolutamente, não se está diante de lei programática, autorizativa ou permissiva, senão determinante de atuação administrativa que deve ser implementada, posta em prática e cumprida.

Não há dúvida, por conseguinte, de se tratar de diploma legal que nitidamente dispõe sobre a atividade administrativa, importando manifesta invasão da esfera constitucional de iniciativa e atuação do Poder Executivo, o que importa ofensa ao princípio da separação de poderes e ao princípio da reserva de iniciativa (arts. 5º, caput, §§ 1º e 2º; 24, § 2º, "2"; 47, II, XI, XIV e XIX, "a", da Constituição do Estado,



aplicáveis aos Municípios por força do art. 144 da mesma Carta), como já dito.

Celebrar parcerias ou convênios constitui ato de administração para o que o Chefe do Poder Executivo não precisa de autorização do Poder Legislativo. A norma do artigo 3º da Lei questionada, portanto, exorbita dos limites da atuação legislativa, para invadir seara da iniciativa exclusiva daquele Poder." - *Grifamos.*

No mesmo sentido:

"DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.541/2017, do Município de Atibaia, que "institui a Semana Municipal de Arte Professora Aline Araújo". Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Norma de autoria parlamentar que não versa apenas sobre instituição de data comemorativa, mas envolve, também, atos de gestão administrativa (artigos 2º a 5º). Instituição da data no calendário oficial deve prevalecer. Reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos que permitiram invasão à esfera de gestão administrativa. Ofensa ao princípio da separação dos poderes - violação dos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, a, 144, todos da Constituição Paulista. Lei autorizativa. Chefe do Executivo não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência.



Estipulação de prazo fixo (90 dias) para regulamentação da lei ora objurgada pelo Executivo Municipal. Reconhecida, como pressuposto lógico, a inconstitucionalidade "incidenter tantum" das expressões "no prazo nelas estabelecido, não inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias" e "nesse prazo" constantes do artigo 47, III, da Constituição Estadual, por violação aos artigos 5º, 47, III, e 144 do mesmo diploma. Necessidade de declaração da inconstitucionalidade do artigo 5º da lei guerreada, tão somente para a exclusão da expressão "no prazo de 90 (noventa) dias".

Jurisprudência recente, nesse sentido, deste C. Órgão Especial. Ação procedente. - Grifos nossos. (ADIN nº 2121794-90.2019.8.26.0000 - Município de Atibaia - rel. Desembargador Péricles Piza - V.U. - J. 28/08/2019)

No corpo do v. Acórdão, o relator esclarece:

"Da leitura dos dispositivos, verifica-se que estes não se limitam a inovar o calendário oficial do município de Atibaia, instituindo data comemorativa para valorização da arte nas escolas municipais, mas, sim, abrangem atos de gestão administrativa referentes à organização de atividades relacionadas à arte, inclusive designando atribuições para as Secretarias Municipais, ao dispor que "todos os eventos e atividades que serão desenvolvidas na Semana Municipal ficarão a cargo da



Secretaria de Educação, a qual estabelecerá as regras e procedimentos para sua realização, em parceria com a Secretaria de Cultura e Eventos" (parágrafo único, do artigo 3º).

Deste modo, a norma impõe atribuições a órgãos do Poder Executivo.

E mais, a lei ainda especificou como a "Semana Municipal de Arte Professora Aline Araújo" será realizada; quais as atividades serão desenvolvidas (artigo 2º e 3º); permitiu a busca por parcerias com a iniciativa privada e pública, (artigo 4º); bem como determinou prazo 90 dias para a regulamentação da lei pelo Poder Executivo (artigo 5º).

Imperioso destacar que o Chefe do Poder Executivo não necessita de "autorização" do Legislativo para a realização de atos de sua competência exclusiva, como a permissão para busca de parcerias com instituições de iniciativa privada e pública, restando evidente violação à chamada reserva de Administração.

[...]

Dessa forma, não se há falar em autorização legislativa ao Chefe do Executivo, já que atividade inerente à sua competência constitucional. Admitir-se o contrário implicaria em delegação inversa de poderes,



em afronta ao artigo 5º, § 1º, da Carta Bandeirante.

Nesse sentido, os artigos 2º a 5º da lei ora objurgada encontram-se eivados de vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo, tendo em vista que a competência para disciplinar a organização administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.

A iniciativa do Legislativo importa, na espécie, em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais.

Os dispositivos supramencionados, de iniciativa parlamentar, são verticalmente incompatíveis com o ordenamento constitucional por violar o Princípio da Separação de Poderes...". - Grifamos.

No mesmo sentido:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Pretensão que envolve a Lei nº 3.059, de 05 de novembro de 2018, que "dispõe sobre a instituição, no calendário oficial do Município de Martinópolis, da "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea", a ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 e 21 de dezembro, e dá outras providências." Interesse local que se encontra dentro das atribuições constitucionais do município -



Invasão da competência concorrente da União e dos Estados para legislar sobre saúde - Não ocorrência - Tema específico da lei impugnada que não traz regras gerais e sim normas que afetam apenas o próprio município, dentro de sua competência complementar - Parte dos dispositivos que possui matéria que se encontra dentro da reserva da administração que pertence ao Poder Executivo, cuja respectiva competência para legislar sobre o assunto é exclusiva - Objeto inserido na atividade típica da Administração Pública - Ofensa ao princípio da separação de poderes - Inciso II do art. 3º cuja concretização depende de disponibilização, pelo administrador, de meios, pessoal e serviço, o que se insere de forma especial na competência privativa para administrar e legislar acerca de seus atos de gestão - Celebração de convênios e parcerias que são típicas matérias administrativas, que também se enquadram dentro da reserva da Administração Pública - Inconstitucionalidade que não se dá pela falta de indicação de fonte de custeio, a qual apenas impede a aplicação no mesmo exercício financeiro, e sim pela afronta à separação de poderes - Ação parcialmente procedente." (ADIN nº 2254221-85.2018.8.26.0000, - Município de Martinópolis - Rel. Des. Álvaro Passos - V.U. - j. 24/04/2019) - grifos nossos



"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 4.807, DE 28 DE AGOSTO DE 2014, DO MUNICÍPIO DE SUZANO, QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SUZANO, DA 'SEMANA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À FIBROMIALGIA', A SER COMEMORADA ANUALMENTE, NA SEMANA QUE COMPREENDE O DIA 12 DE MAIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA PARLAMENTAR. PARCIAL INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL, QUANTO AO ARTIGO 3º DA NORMA. INDEVIDA INGERÊNCIA ADMINISTRATIVA. IMPOSIÇÃO AO EXECUTIVO LOCAL DE DAR AMPLA PUBLICIDADE À COMEMORAÇÃO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, II, XI E XIV, E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONFIGURAÇÃO. INTROMISSÃO DA CÂMARA NAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DE DIREÇÃO DA CIDADE. INADMISSIBILIDADE. NO MAIS, NORMA QUE DISPÕE SOBRE A SEMANA DE ENFRENTAMENTO À FIBROMIALGIA. CONSTITUCIONALIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA CONCORRENTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO DO AUTOR.

Não cabe ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, ainda que por lei, praticar atos de caráter administrativo próprios do Poder Executivo, cuja atuação privativa na deflagração do processo legislativo está definida no texto constitucional. Essa prática legislativa de invadir a esfera de



competência exclusiva do Executivo, quando
efetivada, subverte a função primária da
lei, transgredindo o princípio da divisão
funcional do poder, representa comportamento
heterodoxo da instituição parlamentar e
importa em atuação ultra vires do Poder
Legislativo, que não pode, em sua atuação
político-jurídica, exorbitar dos limites que
definem o exercício de suas prerrogativas
institucionais. Nesse passo, é
inconstitucional somente em parte, a norma
impugnada, exclusivamente, quanto ao seu
artigo 3º. Quanto ao restante do seu texto,
verifica-se que a lei em análise não
disciplina matéria reservada à
administração, mas sim sobre política
pública de saúde, veiculando mero programa
de conscientização de caráter geral, sem
qualquer invasão à iniciativa exclusiva do
Chefe do Executivo, cujo rol taxativo é
previsto no artigo 24, §2º da carta
estadual, aplicável aos municípios por força
do artigo 144 da constituição bandeirante,
que não impõe qualquer atribuição ao
executivo local, ostentando conteúdo
educativo a justificar atuação legislativa
municipal.

PROCEDÊNCIA EM PARTE DA AÇÃO, PARA DECLARAR
A INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA IMPUGNADA,
SOMENTE QUANTO AO SEU ARTIGO 3º, NOS TERMOS
DA FUNDAMENTAÇÃO." (ADI nº 2253895-
96.2016.8.26.0000 - Município de Suzano -



rel. Des. Amorim Cantuária - VU - j.
03/05/2017) - grifo nosso

Direta e frontal, portanto, a violação do princípio da separação de poderes, insculpido no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo, bem como o vício de iniciativa, que fulminam de inconstitucionalidade o artigo 3º e seu parágrafo único, da propositura aprovada pela Câmara Municipal

Ademais disso, No caso sob exame, verifica-se que o Poder Legislativo Municipal, ao instituir *INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO, PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO, TRANSTORNO DE ANSIEDADE E SÍNDROME DO PÂNICO* cria despesas não prevista na lei de diretrizes orçamentárias ou no orçamento anual do Município de Porto Real, criando serviços que, para implantação, exigirão maiores gastos pela Administração Municipal.

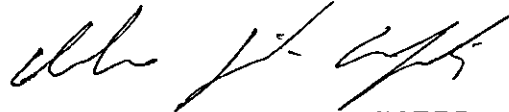
Ressalto, por oportuno, que o ato de sanção ou veto, pelo Poder Executivo, de um Projeto de Lei, seja de sua iniciativa ou não, insere-se no âmbito do Processo Legislativo, sendo o veto em si um mecanismo a conter futura inconstitucionalidade e/ou um meio à preservação do interesse público, o que ora se vislumbra.

Isto posto, verificadas as regras de competência previstas no art. 24, inc. XIV, da Constituição Federal e no art.78, inc. v, da Lei Orgânica do Município, fica o Autógrafo de Lei 900/2023 vetado em sua totalidade por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, devolvendo-se o assunto para reexame dessa honorável Casa



Legislativa, oportunidade em que reitero a Vossa Excelência
protestos de elevada estima e consideração.

Porto Real, 13 de dezembro de 2023.



ALEXANDRE AUGUSTUS SERFIOTIS

PREFEITO

